



Leia online

## O Atendimento Educacional Especializado para Estudantes com Deficiência Visual

Wesley Pereira da Silva

O atual modelo de educação inclusiva no Brasil garante aos alunos com algum tipo de deficiência e/ou transtorno acesso ao ensino regular em classes comuns nas escolas do país. Para que as dificuldades desses alunos em função da(s) deficiência(s) sejam minimizadas, existem as salas de recursos que são voltadas ao atendimento pedagógico complementar de alunos com deficiência e para o atendimento suplementar dos alunos com altas habilidades/superdotação.

Para dar conta dessa realidade e minimizar os impactos na vida desses alunos em função da(s) deficiência(s) foram criadas as salas de recursos. Na rede de ensino do Distrito Federal, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi organizado com atendimento nas salas de recursos. Essas salas estão divididas em função do tipo de deficiência/transtorno de alunos, ou seja, para atender as especificidades de cada caso

Existem dois tipos de salas de recursos: as salas de recursos generalistas (SRGE), que atendem aos alunos com deficiência intelectual (DI), deficiência física (DF), deficiência múltipla (DMU) e com transtorno global do desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista (TGD/TEA); e as salas de recursos específicas, que atendem aos alunos com alguma deficiência sensorial e com altas habilidades/superdotação. As salas de recursos específicas são divididas em sala de recursos específica para o estudante com deficiência visual (SREDV), sala de recursos específica para o estudante com deficiência auditiva/surdez (SREDA) e sala de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação (SREAH/SD).

Figura 1. Foto do Autor



Doutorando em Educação em Ciências pelo Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professor Efetivo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). É membro do Grupo de Investigação em Ensino de Matemática (GIEM) e do Grupo Aprendizagem Lúdica - Pesquisas e Intervenção em Educação e Desporto (GEPAL), ambos da Universidade de Brasília (UnB).

A SREDV, foco deste artigo, auxilia o aluno com algum tipo de deficiência visual nas suas atividades pedagógicas na escola, seja baixa visão ou cegueira total. A função do professor que trabalha na sala de recursos é ajudar o professor regente no atendimento dos alunos com deficiência visual. Esse acompanhamento vai desde a ampliação de textos para atender o aluno portador da baixa visão até a elaboração de textos em Braille.

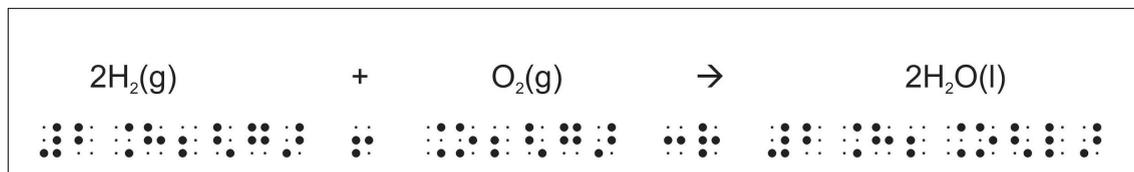
Na SREDV, o aluno com baixa visão poderá ter auxílio para estimular o seu resíduo visual. Isso deve ser iniciado junto com o início da vida escolar do aluno.

O professor da SREDV tem a sua disposição inúmeros recursos tecnológicos encaminhados pelo Ministério da Educação (MEC), voltados para facilitar o atendimento educacional especializado e para a produção de material ampliado e em Braille. O que ocorre, muitas vezes, é que esses recursos chegam e o professor não recebe capacitação para operá-los e eles ficam guardados sem serem utilizados.

Esses recursos, aliados às tecnologias existentes, hoje, podem contribuir no ensino e no cotidiano do aluno com deficiência visual. Sendo assim, o aluno poderá obter a autonomia nas atividades realizadas em sala de aula e nas atividades fora da escola. Ele poderá escrever um texto por meio da reglete<sup>1</sup> ou da máquina Perkins<sup>2</sup> ou, até mesmo, “ler um e-mail” por meio de um leitor de tela ou do Sistema Dosvox<sup>3</sup>. Tais tecnologias poderão ser apresentadas para o estudante com deficiência visual preferencialmente pelo professor da SREDV, desde que ele tenha o conhecimento adequado sobre essas tecnologias.

Em algumas situações a deficiência visual não é tão perceptível, pois a pessoa com baixa visão se locomove sozinha e realiza as atividades do cotidiano utilizando o resíduo visual. Podemos encontrar pessoas com baixa visão que utilizam a bengala, identificada pela cor verde, no auxílio à locomoção. Na escola, o foco deverá ser na adaptação de materiais pedagógicos e na orientação e mobilidade, proporcionando autonomia para o estudante.

A cegueira acarreta ao indivíduo algumas características que exigem do ambiente educacional adaptações necessárias à inclusão do estudante com essa deficiência. A utilização do Sistema Braille para o processo de leitura e escrita, a instalação de piso tátil e a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva são exemplos dessas adaptações. Com base no que pontua a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) sobre a garantia da inclusão em todos os níveis de ensino, as adaptações e os apoios devem acompanhar o estudante desde a alfabetização até os conceitos abordados na Educação Superior.

**Figura 2 – Representação de uma reação química utilizando a Grafia Química Braille**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Descrição da Imagem: representação em tinta e em braille negro da reação de duas moléculas de hidrogênio gasoso com uma molécula de oxigênio gasoso formando duas moléculas de água no estado líquido.

Diante do que pontuamos e do que destacam Raposo e Mól (2011, p. 295) a cegueira e a baixa visão podem ser conceituadas a partir de um enfoque educacional. Assim, além do fator acuidade visual, a cegueira “leva o indivíduo a utilizar o Sistema Braille, recursos didáticos, tecnológicos e equipamentos especiais para o processo de comunicação escrita”. Já a baixa visão “representa a capacidade potencial de utilização da visão prejudicada para atividades escolares e de locomoção”.

Em ambos os casos, os recursos de acessibilidade devem estar presentes no cotidiano escolar, proporcionando autonomia ao estudante deficiente visual. Nesse contexto, o computador pode ser uma ferramenta capaz de colaborar com o processo de inclusão, para isso, alguns recursos de acessibilidade podem ser utilizados nesse processo. Destacamos aqui o Sistema Dosvox que permite ao usuário cego utilizar o computador de uma forma simplificada e com retorno sonoro.

### Notas

1. Reglete é uma régua dupla com orifícios correspondente a cela Braille onde é posicionada a folha para a escrita Braille. A escrita ocorre da direita para a esquerda, ou seja, é uma escrita inversa.
2. A máquina Perkins é uma "máquina de escrever em Braille", com uma chave que corresponde a cada um dos seis pontos do código Braille, uma tecla de espaço, uma tecla de retrocesso e uma tecla de avanço.
3. um sistema integrado que conta com mais de noventa programas que apresentam, de forma diferenciada, as funções realizadas pelas pessoas comuns num computador.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

RAPOSO, Patrícia Neves; MÓL, Gerson de Souza. A Diversidade para Aprender Conceitos Científicos: a ressignificação do Ensino de Ciências a partir do trabalho pedagógico com alunos cegos. In: SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MALDANER, Otavio Aloisio (Orgs.). **Ensino de Química em foco**, Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

### Como citar:

SILVA, Wesley Pereira da. O atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência visual. In: **Revista Sala de Recursos**, p. 39 - 41, out.- dez. 2020. Disponível em: <<http://www.saladerecursos.com.br>>. Acesso: